



PROPOSTA DE CURSO PRESENCIAL OU ONLINE (TURMA ABERTA)

PROMOÇÃO IMPERDÍVEL:
Descontos especiais para 03 (três) ou
mais inscritos no mesmo curso e da
mesma fonte pagadora!

PROPOSTA COMERCIAL

**Curso Completo: Nova Lei de
Licitações e Contratos
Administrativos e o Fim do
Período de Transição:
Do Planejamento à Efetiva Gestão
Contratual**

Ao Tribunal Regional Eleitoral do Piauí – TRE – PI / 07 de agosto de 2025

INFORMAÇÕES, REFERÊNCIAS E CORPO DOCENTE – SUPREME TREINAMENTOS

A Supreme Capacitação e Treinamento é uma empresa sediada em Brasília/DF, especializada em treinamento, capacitação e desenvolvimento de profissionais de organizações públicas e privadas. Atua em todo território nacional, ofertando e promovendo cursos abertos, compartilhados e fechados (in company).

Em razão dos desafios legais, financeiros e operacionais que envolvem a gestão é essencial que os agentes políticos, servidores públicos e prestadores de serviços, participem de cursos de capacitação que visem prepará-los e atualizá-los para o pleno exercício de suas funções. Com efeito, o aperfeiçoamento da execução das competências das instituições e das atribuições dos servidores públicos promoverá a melhoria nos serviços oferecidos aos cidadãos.

O corpo docente dos cursos promovidos pela empresa é formado por professores altamente especializados, que, com seus profundos conhecimentos e notória experiência contribuirão significativamente para o aprimoramento dos servidores públicos.

O compromisso da Supreme é totalmente voltado para a ética, seriedade e excelência técnica dos serviços prestados, otimizando-se custos e consolidando o aprendizado de modo que os servidores obtenham qualificação condizente com as necessidades do órgão em que atuam.

Nossa Missão

Compartilhar conhecimentos através da capacitação profissional a funcionários públicos e da iniciativa privada, prestando relevante contribuição para a melhoria dos resultados de nossos clientes.

Nossa Visão

Ser referência na capacitação profissional de funcionários das organizações públicas e privadas, mantendo a excelência como padrão em todos os serviços que desenvolvemos, dessa forma proporcionando a todos os nossos clientes, serviços com qualidade e credibilidade.

Nossos Valores

Seriedade
União
Perseverança
Responsabilidade
Ética
Meritocracia
Excelência

Alguns de nossos clientes:

- TJMS – Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul
- CAU/BR – Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil
- TJDF – Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios
- IF – Instituto Federais (de todo o Brasil)
- UFPI – Universidade Federal do Piauí
- ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários
- CBTU – Companhia Brasileira de Trens Urbanos
- MEC – Ministério da Educação
- TRF 1º – Tribunal Regional Federal de Brasília
- TRT PI – Tribunal Regional do Trabalho do Piauí
- IPASC/Catalão – Instituto Previdência Assistência Serv.

Curso completo: Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos e o Fim do Período de Transição: Do Planejamento à Efetiva Gestão Contratual

Online – Turma aberta

DATA E HORÁRIO

Data: 20 até 24 de outubro de 2025

Horário: 08h30 às 12h30 (horário de Brasília)

Carga horária: 20 horas

Modalidade: 100% online - Ao vivo e gravação disponível por 8 dias.

1. JUSTIFICATIVA

Finalmente chegou o tempo de operacionalizar a Nova Lei de Licitações e Contratos - NLLCA (Lei 14.133/2021). Certamente, os órgãos e entidades públicos serão cobrados pelos órgãos de controle para que passem a operar TODAS as licitações e contratações diretas com base na NLLCA. Basta ver o que foi decidido pelo TCU por meio do Acórdão 2154/2023-Plenário:

9.1. determinar à Casa Civil da Presidência da República e ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos que apresentem ao Tribunal de Contas da União, no prazo de 30 (trinta) dias, um plano de ação com o cronograma das medidas a serem implementadas para a plena regulamentação e emprego da Lei 14.133/2021 no âmbito do Governo Federal, indicando os órgãos responsáveis e as metas a serem alcançadas;

Assim, as cobranças tendem a aumentar. É fato que os servidores que irão operar com a NLLCA precisam se capacitar. Com efeito, considerando que uma licitação leva de três a seis meses para ser realizada (em média), é preciso que os servidores sejam preparados com a antecedência necessária para empregar a NLLCA, boa parte das instituições precisará “correr atrás do prejuízo”, promovendo capacitações com professores experientes e com conteúdo adequado à transição para o novo regime.

O presente curso pretende oferecer, então, os conhecimentos necessários para a adequada operacionalização dos procedimentos de contratação em todas as suas etapas, em conformidade com a nova Lei. O curso todo será também, permeado por decisões do TCU e outros Tribunais de Contas que possam ser úteis à compreensão e discussão da matéria.

Os responsáveis pedagógicos pelo evento serão os professores Sandro Bernardes e Thiago Bergmann. O primeiro é Auditor do TCU há mais de vinte anos, também ex-servidor da CGU, especialista em licitações e contratos, matéria com a qual lida desde o seu ingresso na Administração Pública. O segundo é Analista Judiciário do TSE, com atuação nas áreas de auditoria e de licitações e contratos.

Em resumo, todas as etapas da contratação pública, em conformidade com a Nova Lei de Licitações, serão abordadas.

2. OBJETIVO GERAL DE APRENDIZAGEM

Ao final do curso, o participante deverá ser capaz de:

- Compreender a dinâmica dos procedimentos de contratação pública, desde o planejamento da licitação até a execução contratual, a partir do advento da nova Lei de Licitações – NLLC.

3. OBJETIVO ESPECÍFICOS DE APRENDIZAGEM

- Compreender a dinâmica das licitações e contratos públicos a partir da jurisprudência mais atual do TCU e Normativos que regem os assuntos, em especial, nova Lei de Licitações - NLL;
- Participar de modo efetivo da etapa de planejamento da contratação em conformidade com a NLL;
- Negociar as compras públicas, dominando os conhecimentos da legislação pertinente relativos à fase de seleção do fornecedor;
- Gerir e fiscalizar contratos administrativos, em todas as suas etapas, desde o planejamento da licitação (elaboração dos ETPs e TRs) até a execução contratual.

4. RECURSOS METODOLÓGICOS

- Exposição dialogada, discussões, exemplos e atividades práticas.

5. RECURSOS DIDÁTICOS

Slides;

Indicação de leitura;

Acórdãos do TCU que sejam relacionados a NLLC;

Nova Lei de Licitações e Contratos;

Orientações normativas do Poder Executivo Federal;

Realização de atividades práticas baseadas nas disposições da NLLC.

6. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Módulo 1 – LICITAÇÕES

1. Contexto inicial de aplicação da Nova Lei de Licitações e Contratos da Administração Pública – NLLC

Campo de Aplicação

Objetos aos quais não se aplica a nova Lei de Licitações – NLL

A capacidade dos demais entes federativos e administrativos de regulamentar a NLLCA – Limites

A polêmica relacionada aos agentes de contratação: afinal, é possível que estes sejam exclusivamente ocupantes de cargos comissionados?

2. Objetivos do processo licitatório na NLLC

3. Princípios na NLLC

Princípios gerais

Princípios aplicáveis a compras públicas (específicos)

4. As modalidades de licitação

4.1. Concorrências X Pregões: ainda há diferenças?

4.2. Pregões na NLLC: o que muda e o que se mantém na realização dos procedimentos;

I- Definição da qualidade do objeto pretendido: proibição de aquisição de bens “de luxo” e regulamentação aplicável (Decreto Federal 10.818/2021);

4.3. Concursos

4.4. Leilões

4.5. A grande novidade – os Diálogos Competitivos: estrutura, funcionamento e oportunidades de uso;

Caberia a Estados e Municípios o uso dos diálogos competitivos?

5. Critérios básicos de julgamento

6. Fases das licitações

6.1. Formalidades processuais;

6.2. Fases da licitação;

6.2.1. Preparatória:

- I.** Elaborando Estudos Técnicos Preliminares em conformidade com a jurisprudência do TCU;
- II.** Elaborando Termos de Referência em conformidade com a jurisprudência do TCU;
- III.** Pesquisas de preço: como compor a “cesta de preços aceitável”, em conformidade com a jurisprudência do TCU;
- IV.** Gerenciamento de Riscos: afinal, é ou não é obrigatório?
- V.** Atuação dos pareceristas jurídicos e sua (possível) responsabilização;

6.3. Fase Externa da Licitação

6.3.1. Divulgação do edital;

6.3.2. Propostas e lances;

- I.** Exigência de certificações
- II.** Modos de disputa – noções gerais;

III. Estabelecimento de intervalos mínimos;

6.3.3. Julgamento;

- I.** Exigência de amostras, provas de conceito, prototipação e outros requisitos comprobatórios de qualidade do produto ou serviço;
- II.** Empate de propostas de preço;
- III.** Possibilidade de ajustes nas propostas enviadas com erro;

6.3.4. Habilitação: jurídica, fiscal, técnica, econômico financeira e outros aspectos específicos;

- I.** Exigências de habilitação x Requisitos de contratação
- II.** Envio de documentação complementar de acordo com a NLLC: qual o limite aplicável?

6.3.5. Os recursos e sua operacionalização como “fase” do processo licitatório.

6.3.6. Homologação.

7. Anulação e/ou revogação da licitação;

8. Contratações Diretas

- 8.1.** Aplicação imediata (ou não?) das hipóteses de contratação direta;
- 8.2.** O que muda e o que se mantém quanto às principais hipóteses de contratações diretas: análise dos casos legais e da jurisprudência (ainda) aplicável do TCU.

Módulo 2 – CONTRATOS

9. Procedimentos auxiliares: quando os empregar

- 9.1.** Credenciamento;
- 9.2.** Pré-qualificação;
- 9.3.** Procedimento de manifestação de interesse;
- 9.4.** Sistema de registro de preços;
- 9.5.** Registro cadastral.

10. Contratos administrativos

- 10.1.** Regras gerais de interpretação dos contratos administrativos à luz da NLLC
- 10.2.** Cláusulas obrigatórias: principais inovações
- 10.3.** A transparência na formalização de contratos e seus aditivos
- 10.4.** Reequilíbrio, reajuste, repactuação dos contratos segundo a Nova Lei de Licitações
- 10.5.** Portal Nacional de Compras Públicas: visão geral do uso da ferramenta

11. Garantias contratuais

- 11.1.** O que muda?

12. Prazos Contratuais

12.1. Tipos de contratos x prazos contratuais

13. Execução contratual

13.1. O “novo” contrato administrativo: tendência à consensualidade?

13.2. O casamento entre a execução contratual e a disponibilidade orçamentária e financeira

13.3. Atribuições do fiscal do contrato: responsabilidades e o processo de indicação

13.4. Inadimplência das obrigações trabalhistas e previdenciárias sob a ótica da NLLC e a jurisprudência atual do TCU

14. Alterações contratuais

14.1. Hipóteses

14.2. Instrução processual: o que fazer

14.3. Alterações em contratos com dedicação exclusiva de mão de obra

14.4. Uso do apostilamento

14.5. Causas de extinção dos contratos e suas repercussões

15. Recebimento do objeto e pagamento

15.1. O que muda no recebimento dos objetos

15.2. Procedimentos de pagamento

15.3. A importância do cronograma de pagamentos

15.4. É possível o pagamento antecipado de despesas?

Instrutor: Sandro Bernardes - Auditor do TCU

Auditor do TCU há 10 anos, sendo atualmente um dos responsáveis pelo boletim de licitações e contratos editado do Tribunal; Ex-servidor da CGU; Professor de diversas instituições públicas (ISC-TCU, Enap, Ministério do Planejamento, TCE-CE, dentre outras); Formação em Economia e Pós-graduação em Licitações e Contratos e em Auditoria. Professor de cursos preparatórios para concursos públicos em Brasília; São Paulo e Belo Horizonte; Autor de livro de licitações e contratos; Especialista em auditoria governamental.

E / Ou

Instrutor: Thiago Bergmann de Queiroz - Analista Judiciário do TSE

Mestre em Administração, área de concentração Finanças, pela Universidade de Brasília. Bacharel em Ciências Contábeis e licenciado em Matemática também na Universidade de Brasília. Analista Judiciário, especialidade Contabilidade, no tribunal Superior Eleitoral com atuação nas áreas de auditoria e de licitações e contratos. Atua na Gestão de Atas de Registro de Preços, nos contratos de prestação de serviços de alocação de postos de serviços e contratos com formação de preços diferenciados. Professor com atuação na Educação básica e Superior, nas modalidades presenciais e à distância, e em cursos preparatórios para vestibulares e concursos.

INVESTIMENTO

CURSO	MODALIDADE	CARGA HORÁRIA	NÚMERO DE SERVIDORES	INVESTIMENTO INDIVIDUAL	INVESTIMENTO TOTAL
Curso completo: Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos e o Fim do Período de Transição: Do Planejamento à Efetiva Gestão Contratual	ONLINE/AO VIVO	20 horas	10 servidores	De R\$ 2.370,00 Por R\$ 2.130,00	De R\$ 23.700,00 Por R\$ 21.300,00

Incluso: Material didático online e certificado em PDF

➤ **RESPONSABILIDADES E DIREITOS DA SUPREME (MODALIDADE ONLINE)**

- Disponibilizar plataforma para o curso ONLINE;
- Fornecer certificado digital aos participantes;
- Fornecer conteúdo programático e resultados alcançados;
- O curso ficará gravado e disponibilizado aos participantes por 08 dias após o mesmo;

PARTICIPANTES - REQUISITOS RECOMENDADOS:

Solicitamos aos inscritos que verifiquem os requisitos abaixo antes do início do curso, é de suma importância para o perfeito aproveitamento da plataforma.

- Computador com bom desempenho;
- Conexão de internet via cabo ou com ótima conexão Wi-fi, a velocidade mínima recomendada é de 10mbps;
- Webcam (preferencial) e microfone ou fones de ouvido;
- Navegador: Utilizar preferencialmente o Google Chrome, ou as versões atualizadas do Mozilla Firefox e Internet Explorer.

Importante: Se as especificações mínimas não forem atendidas, a qualidade da transmissão (áudio e vídeo) poderá ser comprometida.

RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO – ONLINE OU PRESENCIAL

- Garantir a contratação do curso com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência da data de início da realização do curso, mediante depósito bancário, nota de empenho ou autorização/ordem de serviço, devidamente assinada e carimbada pelo ordenador de despesa.

Acesse: <https://www.supremetreinamentos.com.br/certidao> - Para Declarações, documentos e certidões legais da Supreme.

Obs.: Temos outras informações, documentação e fundamentações para ajudar a instruir seu processo de dispensa e inexigibilidade.

Obs.: O curso poderá ser ministrado somente por 1 ou os 2 professores em questão, conforme a disponibilidade de agenda dos mesmos.

CONDIÇÕES GERAIS DE CONTRATAÇÃO

A Supreme reserva-se o direito de adiar e/ou cancelar o curso até 3 (três) dias úteis antes do online e 5 (cinco) dias úteis para presenciais, caso haja insuficiência de inscrições.

Os cursos **Pré-confirmados** são capacitações que temos quórum mínimo de participantes, porém aguardando empenhos/ordem de serviço ou pagamento antecipado dos inscritos. Um curso pré-confirmado poderá ser cancelado, caso os participantes não confirmem, aguarde a confirmação oficial da Supreme Treinamentos para tomar as providências necessárias para o seu comparecimento (Exemplo: Compra de passagens e reserva de hotéis).

O participante deverá possuir no mínimo 75% de participação no curso, caso participe menos que este percentual, não receberá o certificado. O aluno poderá realizar a aula online (síncrona) ou gravada.

A Supreme possui o direito de substituir o docente por motivo de força maior.

CANCELAMENTO POR PARTE DO TREINANDO

O cancelamento da inscrição por parte do treinando deverá ser realizada com 3 (três) dias úteis de antecedência da realização do evento, após este prazo deverá ser feita a substituição ou solicitação de crédito no valor da inscrição.

DADOS CADASTRAIS E BANCÁRIOS PARA NOTA DE EMPENHO

Razão Social	SUPREME CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO LTDA	
Nome Fantasia	Supreme Treinamentos	
CNPJ	34.370.234/0001-42	
Inscrição Estadual	0792988500147	
Endereço	SCS, Quadra 2, Bloco C, LT 99 - Edifício São Paulo, 3º Andar, sala 315 - Asa Sul - Brasília/DF - CEP: 70.314-900	
Dados Bancários	Banco do Brasil	XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX

Essa proposta tem validade de 60 (sessenta) dias.

Brasília (DF), 07 de agosto de 2025.